

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

IMPLICAÇÕES SANITÁRIAS DO SUBEMPREGO  
NAS ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS

PAULO NOLASCO PEDROSA  
Fac. de Med. da U.F.R.J.  
Departamento de Medicina  
Preventiva

Rio de Janeiro, junho/1973.

IMPLICAÇÕES SANITÁRIAS DO SUBEMPREGO NAS ÁREAS METROPOLITANAS

BRASILEIRAS

Resumo: "O autor procura caracterizar dentro de um contexto histórico-econômico o aparecimento das condições de subemprego nos grandes centros urbanos brasileiros. Sumariza alguns aspectos sociológicos destas condições e o sufocamento das metrópoles em sua infra-estrutura sanitária. Discute a prevalência aumentada de algumas doenças, em estreita correlação com as condições de vida antes estudadas. Conclui pela complexidade do problema e advoga uma política sanitária vigorosa para minorá-lo".

"O afluxo, em curto período, de milhões de novos habitantes para os grandes centros suscita múltiplos e complexos problemas, que ao poder público incumbe solucionar".

Gen. E. Garrastazu Médici

Consideramos de importância na criação e expansão do processo de subemprego e desemprego urbano no Brasil, diversos fatores de ordem social e econômica. Destes o que merece maior destaque é o papel da migração no sentido rural-urbano, cujas bases estão solidamente erguidas em um contexto histórico, que acompanha a evolução político-econômica de nosso país.

A ocupação inicial das terras do Novo Mundo se devem primeiramente à expansão comercial da Europa, cujo comércio interno, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV. Com as invasões turcas criando dificuldades às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, além de outros fatores inclusive legendários, surge o apelo pelas novas terras.

Apesar da grande pressão exercida sobre portugueses e espanhóis, por volta de 1550 a exploração agrícola de suas terras americanas parecia economicamente inviável. Mas os portugueses não se deixaram abater e conseguiram resultados financeiros relativamente magníficos, embora seu mérito possa parecer diminuído pois resultado de uma pressão político-econômica. Criada a empresa agrícola em que se assentou a colônia, Portugal toma novos rumos como potência internacional já no século seguinte.

Aliada à Inglaterra, vai marcar de forma profunda a vida brasileira.

Ao fim do século XVIII encontrava-se a colônia novamente em dificuldades, principalmente em consequência da queda do valor das vendas de açúcar e da exportação do ouro. Começa aí o que Furtado chama de "economia de transição para o trabalho assalariado". Em meados do século anterior ao atual, já está formada nossa força de trabalho assalariado, ainda incipiente, pois os escravos representavam nela uma parcela ponderável.

A oferta de mão-de-obra se torna inelástica, oscilando em torno de dois milhões de escravos, pois a única fonte importante de imigração - que era a África - é perdida irreparavelmente. Não se entenda com isso um apoio tácito a esta base de força de trabalho, o que seria irracional, mas sim um enfoque histórico, já que no caso brasileiro o crescimento econômico era puramente de extensão e consistia na ampliação da utilização da terra pela incorporação de mão-de-obra. A técnica agrícola rudimentar carecia, então, de densidade econômica, ainda maior se considerarmos a grande dispersão territorial. Criado o problema, restava lançar mão da imigração européia, tímida de início, mas depois fomentada, com o fito de também trazer um aumento da baixíssima produtividade regularmente mantida.

Nesta época, acumulava-se também nos incipientes centros urbanos uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. Neste caso, o problema era mais de inadaptação

ção à disciplina do trabalho, pois forçosamente teria que ocorrer uma reorganização da produção e utilização dos fatores, já que o escravo não passaria impunemente do trabalho assalariado. Começa a se escoçar, assim, a grande massa de descendentes da antiga população escrava que continuou "vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidades", cabendo-lhe um papel passivo nas transformações econômicas do país. Não obstante as discrepâncias regionais, não se pode negar que o fato marcante na economia brasileira do fim do século passado, foi, sem dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado.

O crescimento deste novo sistema apresenta profundas diferenças com relação à antiga economia, exclusivamente de subsistência, e fazendo explodir a nova economia cafeeira que se baseava no trabalho assalariado. Mas a estabilidade relativa do salário dependia do comércio exterior, e não acompanhava setorialmente o nível médio do conjunto da economia. Furtado salienta que a população crescia, então, com muito mais intensidade no setor monetário que no conjunto da economia, e que a massa de salários monetários - base do mercado interno - aumentava mais rapidamente que o produto global. Ora, o funcionamento do novo sistema econômico, baseado no trabalho assalariado, apresentava uma série de problemas, que na antiga economia exportadora-escravista, apenas se haviam esboçado. Com o reforço imigratório, a economia cafeeira cresceu durante longo período sem que os salários apresentassem tendência para alta. O empresário retinha os ganhos com a melhora da produtividade obtida dentro da própria economia ex-

portadora, simplesmente porque não sofria qualquer pressão dentro do sistema que o obrigue a tal. A transferência destes ganhos, parcial ou totalmente, aos assalariados não poderia ocorrer, e as consequências das depreciações cambiais posteriores se mostram de sastrosas. Modificava-se o equilíbrio e esboçava-se uma transfe rência do setor de subsistência para o exportador, em benefício' do último, além de importantes transferências dentro do próprio' setor exportador, pois os assalariados eram seus empregados. Em bora produzissem a maior parte de seus alimentos, recebiam em mo eda a maior parte de seu salário e consumiam uma série de arti - gos importados ou semi-manufaturados no país com matéria-prima im portada.

Os núcleos populacionais mais prejudicados eram, assim, os urbanos, que, vivendo de ordenados e salários, consumindo ' grandes quantidades de artigos importados, inclusive alimentos, tinham seu salário real dilapidado pela política de alterações ' cambiais. Agravando este efeito repressivo, situava-o também o estado das finanças públicas. Desta forma, a primeira metade de nosso século fica marcada pela progressiva emergência de um sis - tema cujo principal centro dinâmico era o mercado externo.

Estavam, assim, criadas as bases econômicas, na fase de transição para a segunda metade do século, de transformação de u ma economia tradicionalmente agrícola ou agro-pecuária, para a in dustrialização. A grande consequência é o aumento da população ur bana e suburbana em relação à rural. Deve-se considerar um dado im portante do Censo de 1970, que mostra claramente que o brasilei

ro médio do interior tem que disputar com 274 outros, cada nova vaga de emprego aberta, e que 80 mil pessoas, mensalmente, e também sem qualificação, buscam o primeiro trabalho na faixa terciária de serviços e da indústria de construção civil. Com isto, só lhe resta imigrar.

Mas a aspiração econômica não é o único fator, pois outro, de ordem social como a influência dos meios de comunicação, acentuam a inquietação desse brasileiro médio. A televisão atinge a sede do seu município (87% de chances), não muito distante, aguça sua ambição de consumir, dando-lhe uma visão mágica da cidade, nas densas imagens de propaganda das novelas; e o rádio transistor, que tem em casa, e que através das ondas curtas transmite notícias e músicas urbanas.

A atração do centro maior se faz atuante, imperiosa mesmo, diluindo seus valores tradicionais, inclusive éticos, e leva-o a empreender um salto vertiginoso em direção a novos mundos. Até então restrito às vivências locais, a cidade traga o migrante numa progressão contínua, engrossando cada vez mais suas áreas de subemprego.

O constante êxodo do interior para a cidade vem, assim, se repetindo no Brasil um fenômeno de âmbito mundial, e se traduz na expansão das periferias marginais das áreas metropolitanas. Estas migrações contribuem com quase a metade do crescimento urbano do Brasil. Segundo o BNH, são 230 mil famílias que anualmente elegem um centro urbano para viver, trabalhar,

criar a família e educar seus filhos. Mas estes migrantes che  
gam às cidades sem habilitação para a vida urbana e geralmente  
são analfabetos, trabalhando, de início, em atividades de bai-  
xa produtividade, quando não caem no desemprego, ou no eufemis-  
mo do subemprego.

Com base nos pressupostos histórico-econômicos anterior-  
mente discutidos, à medida que a agricultura, a mineração e ou  
tras atividades primárias do país foram se desenvolvendo, a uti  
lização de quantidades crescentes de capital e de tecnologia e  
contingentes declinantes de mão-de-obra passaram a condição de  
problemas. Na conjuntura atual de franco desenvolvimento, vem  
esta força de trabalho liberada em busca de ocupação nas ativi  
dades industriais e na prestação de serviços nas cidades, e, mes  
mo, em vilas.

O desafio das cidades que crescem sem parar permite an  
tever um mundo urbano, no qual os moradores de áreas rurais re  
presentarão menos de um décimo da população total. Se em 1940  
cerca de dois terços dos brasileiros viviam em áreas rurais, em  
1970, em apenas trinta anos, mais da metade (55,98%) de nossa  
população residia nas vilas, cidades e metrópoles (Ver Tabela  
1). Considerando-se apenas a população das áreas metropolita-  
nas, adiante descritas, o Brasil centralizava cerca de 25% do  
total apenas nos grandes centros, conforme discriminado na Ta-  
bela 2.

O aumento populacional dos centros urbanos não está só



ligado ao crescimento natural ou vegetativo, onde as taxas de na talidade são elevadas, mas também, como ressaltado anteriormen- te, ao movimento do campo para a cidade, e também de centros ur banos menores para os maiores, quer por seu desenvolvimento in- dustrial, ampliação do comércio e dos serviços, quer por ofere- cerem maior mercade de trabalho. Na região sudeste, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa, abrangendo as mai ores áreas metropolitanas - São Paulo e Rio de Janeiro - corres- pondendo juntamente às áreas economicamente mais desenvolvidas. Na região Sul, o processo é mais recente, sendo Porto Alegre, ' cujo crescimento industrial abrange Esteio, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo, municípios que fazem parte de sua área metropo- litana, um polo de atração mais importante. Estes são apenas al guns destaques do resultado do crescimento urbano brasileiro, que tende a acentuar-se cada vez mais e de forma talvez mais organi- zada, à medida que as atividades secundárias e terciárias de ca da cidade possam proporcionar reais condições para atender a mai or parte destas populações, que migram para os centros maiores, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Como a população rural deixou de crescer devido à migra ção anual de 1.300.000 pessoas do campo para as cidades, todo o nosso crescimento demográfico - em torno de 3 milhões de pessoas por ano - ocorre nas cidades. As nove áreas metropolitanas ofi ciais duplicaram sua população desde 1960, somando, atualmente, 26 milhões de pessoas, estimando-se que passem de 50 milhões em 1985. Em profecias comedidas, chegaremos ao ano 2.000 com 150

dos 180 milhões de habitantes residindo exclusivamente nas cidades.

Segundo o conceito oficial, uma área metropolitana seria um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e, por representarem no desenvolvimento do processo a sua área de expansão próxima ou remota. Incluem-se nesta definição as seguintes metrópoles brasileiras: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. O processo citado se inicia no núcleo urbano com função de capital regional, quando só ele funciona como mercado de trabalho. Porisso, o crescimento urbano é inicialmente mais acentuado na cidade central, para depois se propagar para os municípios vizinhos, que funcionam ou como núcleos "dormitórios" para uma população que se desloca para o centro maior, ou como áreas de expansão industrial, onde as condições favoráveis locais dão lugar à instalação de diferentes tipos de indústrias.

Segundo Salz, "toda a moderna organização social tem uma base ocupacional. A ocupação pode ser definida como a atividade específica com um valor de mercado que um indivíduo exerce continuamente com o fim de obter um fluxo regular de renda". Esta ocupação serve como um laço que prende os indivíduos à ordem social e o liga a vários outros, seja tecnológica, econômica e socialmente. A renda e o prestígio que acompanham a ocupação, criam estratificações funcionais e estruturais na ordem social,

é este valor social e econômico da ocupação determina as diferenças, em função do indivíduo na ordem ecológica, na sua parte nos meios de sustento do grupo (riqueza), e seu "status", nível de vida e posição ecológica na sociedade.

Conforme entende Peterson, estas relações tecnicológicas, econômicas e sociais que existem entre os membros dos grupos ocupacionais ligam-nos numa unidade ecológica interdependente conhecida como "pirâmide ocupacional". Tecnicamente, cada classe se caracteriza por uma crescente especialização de função, à medida que passamos do trabalhador manual não diferenciado, na camada mais baixa, até o perito altamente especializado na camada superior. Em termos numéricos, uma quantidade sempre menor ocupa cada classe à medida que se sobe na pirâmide ocupacional. Embora feita com base na sociedade norte-americana, e faltarem dados semelhantes em nosso meio, tudo indica que a extrapolação para a sociedade brasileira das áreas metropolitanas não deva errar em muito.

Na parte mais baixa da pirâmide ocupacional se dispõem os indivíduos desempregados ou um regime de subemprego. No senso amplo, consideramos o subemprego como o emprego irregular, que apresenta remuneração e produtividade tão baixas que sua eliminação não afetaria o rendimento global da economia. Embora em princípio seja um problema em larga escala na agricultura, assume especial importância no presente contexto, pois nas atividades urbanas é bem mais grave e em número bem maior que o desemprego.

A O.I.T. na sua 9ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho considerou o subemprego sob dois aspectos: -"o visível"- trabalho de duração inferior ao normal, característico do de tempo parcial, involuntário; -e o "invisível" - que é o trabalho de duração reduzida, ganhos baixos e que não possibilitam a plena utilização das capacidades e qualificações de empregado, e são exercidas em estabelecimentos ou unidades e conômicas cuja produtividade é normalmente reduzida. Do ponto de vista econômico-histórico, conforme já enfocamos, o êxodo ru ral serve como um processo de transferência de subemprego ru ral para a esfera do desemprego e subemprego urbanos. Os dados nacionais indicam que São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, com cerca de 28% da população brasileira, criaram nos últimos anos 85% dos novos empregos. O Nordeste, com 29% da população, só participou com 14,5% das novas oportunidades de trabalho criadas. Os dados específicos sobre o subemprego em nossos grandes centros urbanos não estão disponíveis. Entretanto, em 1968, a SUDENE, em colaboração com a Universidade de Michigan, verificou em Recife que 26% dos chefes de família entrevistados todos se encontravam desempregados, e que 23% tinham níveis sala ria is inferiores ao mínimo regional.

Segundo o censo de 1970, a estrutura do rendimento médio da população brasileira se compunha: 27% militavam nas ati vidades agrícolas, extrativas (mineral ou vegetal), de caça e pesca, e ganhavam mais de 251 cruzeiros por mês; nas ati vidades industriais a situação era melhor, pois 40% das pessoas au

feriam aqueles rendimentos; no comércio de mercadorias, mais de 45%; nos transportes e comunicações, mais de 57%; nas atividades sociais, 49%, etc. Aparentemente, as atividades urbanas, com base nestes dados remuneravam bem. Entretanto, quando se estuda a questão da estrutura do rendimento médio mensal sob outro ponto de vista, observa-se que 46,7% das pessoas, que trabalhavam na agricultura, recebiam menos de 100 cruzeiros mensais. Mas que, nas cidades, há o chamado setor de "prestação de serviços", em que 55% dos indivíduos ganhavam menos do que ... Cr\$100,00 por mês. Ora, esta é uma estrutura inferior à da agricultura. Resultados semelhantes se observam se compararmos a faixa de 101 a 150 cruzeiros por mês. Estes dados comprovam que a rápida migração das populações rurais para as zonas urbanas traz uma deterioração inicial de seu salário. As 230 mil famílias, que todo ano saem do campo para a cidade, representam 1, milhão e 300 mil pessoas que ingressam na vida urbana sem maior habilitação para ela, sem ter ofício ou profissão. Iniciam-se, então, na prestação de serviços domésticos ou em "biscates", com remuneração, em dinheiro, muito, baixa. Em famílias numerosas, quando trabalha apenas um, a renda per capita se deteriora rapidamente. Outro tipo de ocupação dessas pessoas é a construção civil. De qualquer forma, a consequência sobre a distribuição de renda é uma enorme baixa, caracterizando o subemprego. A Tabela 3 mostra, em maiores detalhes, a estruturação do rendimento médio mensal.

Chegamos, assim, ao âmago da questão a que nos propuse

mos discutir. Segundo a O.I.T., em estudo sobre os deslocamentos campo-cidade, as migrações internas induzem benefícios máximos quando sua causa primordial é a atração exercida por um volume crescente de emprego em uma área, e benefícios mínimos quando motivada por má situação agrícola, isto é, por repulsão originada das más condições e baixos níveis de emprego na área de origem. Além disso, o maior elemento motor destas migrações internas é o baixo nível de renda nas atividades agrícolas e seu diferencial em relação às atividades urbanas. O grande crescimento urbano brasileiro, caótico e incontrolável, numericamente o maior do mundo, mesmo em uma economia florescente a níveis espetaculares, relega uma parcela substancial, difícil de ser calculada, mas nem por isso pequena, a uma condição de vida sanitariamente igual, quiçá inferior a que deixou no campo ou nos centros urbanos menores. Como viga mestra do problema encaramos o poder econômico, pois o subemprego, pelo menos inicial, a que se submete o novo habitante da área metropolitana, transforma-o pelas condições de vida a que fica sujeito, no grande depositário das consequências sanitárias primárias mais importantes, que não podem ser sanadas de pronto pelo crescimento da infra-estrutura urbana. Vale dizer, com base em nossos padrões sócio-culturais, que a carga se distribui no âmbito familiar dependente do subempregado, e, principalmente, sobre sua prole em geral numerosa.

Mesmo que se reconheça que nos grandes centros urbanos é possível contar com certos serviços e comodidades, desde que se tenha um poder aquisitivo à altura, inclusive para proteção e re

cuperação da saúde, por outro lado sabe-se que os grandes aglomerados urbanos criam problemas sanitários de difícil solução.

Entre os fatores fundamentais a serem considerados, está o abastecimento de água, que cada vez mais atinge cifras desmesuradas. Somando-se a água para preparação de alimentos e lavagem de roupa, só para fins domésticos, a demanda diária por família ultrapassa a 4 mil litros. Não é preciso ressaltar que quanto maior o consumo, maior a possibilidade de contaminação e complexidade do tratamento da água. Se em 1970 possuíam 5.800 mil domicílios ligados a redes gerais de abastecimento, o dobro do índice percentual de 1960, aumentou também o número de domicílios servidos por água de poço (de 1.900 mil para 2.500 mil). As famílias sem água somente aumentaram em 300 mil, cerca de 2.200 mil, ou seja, quase 1/5 da população. O PLANASA, consoante com a orientação do Governo, pretende que cheguemos a 1980, e utilizando recursos gerados pelo desenvolvimento do País, com 80% da população urbana abastecida com água de boa qualidade. Os recursos financeiros para a consecução deste objetivo orçam' em 9 bilhões de cruzeiros (Ver Tabela 4).

A contenção e operação de um sistema de esgotos, que seria o outro fator importante que deve ser considerado, para a remoção dos dejetos de milhões de indivíduos, representa outra tarefa gigantesca, técnica e financeiramente. Caso não atinja' seus objetivos, como sói acontecer nas áreas metropolitanas brasileiras a curto prazo, tornam-se meios favoráveis para a disseminação de doenças, muitas vezes de forma epidêmica. Conforme'

mostra a Tabela 5, em 1960, tínhamos ligados à rede geral de esgotos sanitários 28% dos domicílios urbanos; com fossa séptica, que pode ser um sistema adequado, desde que o terreno seja permeável e a construção obedeça aos requisitos essenciais, tínhamos 21%; com fossa rudimentar ou outro escoadouro, que em geral serve de contaminação dos poços para as pessoas que vão apanhar água para beber, tínhamos 30%; o restante simplesmente não tinha serviço sanitário. O panorama em 1970 melhorou satisfatoriamente, mas aumentávamos para 4.300 mil domicílios o número dos sem qualquer serviço sanitário, e todos contaminadores em potencial. Considerando que a rede geral nem sempre significa que houve adequada instalação de estação de tratamento de esgoto, pois muitas das redes de tratamento simplesmente se transformam em concentradoras de poluição, vemos que cerca de 55% da população urbana do Brasil tem um atendimento sanitário absolutamente inadequado. A meta brasileira é de, em 1980, termos aproximadamente 8 milhões de domicílios ligados a redes gerais com estações de tratamento adequado, que produzam um efluente de qualidade tal que possa ser absorvido pelos rios, lagoas ou praias em que sejam lançados. Com a finalidade de redução de disparidades regionais, o BNH concede financiamentos aos Estados para serviços de água e esgotos sanitários, que variam de 4 a 8% em função da renda tributária "per capita", de forma que os Estados mais ricos paguem mais, em benefício dos mais pobres.

As nove capitais recentemente promovidas a áreas metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte,



Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre - somando 23 milhões de habitantes não apresentam problemas muito diversos neste setor, como nos outros. O crescimento industrial da Guanabara, segunda área mais populosa (8 milhões de habitantes, contra 9 milhões de São Paulo) forçou a existência de cidades dormitórios no território fluminense. Tão forçada foi esta transformação, que em Nilópolis e Nova Iguaçu (quase 1 milhão de habitantes, somadas) torna-se urgente a construção de um interceptor oceânico para suprir a absoluta ausência de esgotos nessas cidades. O que é pior nesse caso, é que o interceptor de forma alguma poderá desaguar na baía de Guanabara, já por demais poluída. Salvador, com mais de 1 milhão de habitantes, detem o triste privilégio de ser o maior centro urbano do mundo sem rede de esgotos.

O homem, o grande poluidor do ambiente em que vive, lança diariamente no ar quantidades enormes de produtos tóxicos. A industrialização, a grande causadora, atrai mais e mais habitantes para as imediações das fábricas, em geral os operários menos qualificados e principais contaminados.

A enorme densidade populacional nas cidades favorece também a disseminação das doenças que se transmitem por contágio respiratório direto, como a gripe e o sarampo. Embora o fenômeno seja universal em termos de habitantes de centros urbanos, os que mais pagam tributos a estas doenças, em termos de mortalidade, são, sem dúvida, os fisicamente despreparados. Estes, em geral, são os sub ou desempregados e seus dependentes, compreensível -

mente subnutridos, fechando o ciclo.

Nas populações urbanas de uma maneira geral, outro fator sanitário importante, em geral negligenciado, é o grande risco de acidentes, seja no domicílio, no local de trabalho, ou, principalmente, nas vias públicas. Em Salvador morrem 2 pessoas todos os dias, desde que as vias expressas aceleraram a corrida dos automóveis. Em Belo Horizonte, os cruzamentos simétricos, apesar de obrigarem os carros à marcha lenta, mataram no ano passado 560 pessoas. É lógico que o problema aqui não se relaciona diretamente com o poder aquisitivo dos indivíduos, mas os de renda baixa também sofrem destas agruras, embora diluídos em um âmbito maior.

Outra consequência, em geral não muito valorizada, é que quando se fala de melhoria das condições de vida do migrante rural-urbano, é que nos grandes centros justamente estes, quase sempre os de baixo nível sócio-econômico, passam a viver em habitações coletivas. A aglomeração excessiva e a promiscuidade, as favelas, mocambos, ou como quer que sejam chamados, apresentam condições de saneamento extremamente precárias ou nulas. Um exemplo, escolhido ao acaso entre muitos, é o de Alagados, em Salvador, onde mais de 90.000 pessoas habitam um mangue em seus barracos de madeira fincados ou equilibrados sobre monturos de lixo.

Embora haja certa variação entre as diversas áreas metropolitanas e dentro delas mesmas, as populações que aí residem

não deixam de se tornar extremamente suscetíveis a certas doenças, resultando, no caso brasileiro: a tuberculose pulmonar; as diarreias infecciosas, sobretudo em crianças abaixo de 5 anos, e causa importante de morte em lactentes desnutridos; o sarampo, como representante máximo das chamadas viroses comuns de infância, que também apresenta alto índice de letalidade nas mesmas faixas anteriores, principalmente pelas suas complicações pneumônicas; difteria e coqueluche, doenças perfeitamente controláveis através da vacinação de fácil obtenção nos postos de saúde, ainda apresentam, relativamente, elevados índices de morbidade na prole das camadas de renda baixa e subempregados; as doenças venéreas, nos indivíduos de melhor poder aquisitivo e educacional e que tem acesso mais fácil à assistência médica, trazem muito menos problemas do que para as classes menos privilegiadas; as verminoses em geral, as doenças respiratórias agudas, etc. .

Como "pano de fundo" para todos estes problemas paira a desnutrição, crônica, dramática, indolente e quiçá apocalíptica. Embora a desnutrição já exista no meio rural, ela, comprovadamente, tende a se agravar entre os indivíduos que migram da zona rural para as cidades. As consequências respondem pela maior parte das seguintes taxas de mortalidade infantil: Fortaleza-.. 152/1.000 menores de 1 ano; Salvador- 88,5; Belo Horizonte-107,7; Porto Alegre- 39,1; Recife- 205,7/1.000 nascidos vivos; Rio de Janeiro-52,9 e São Paulo-83,8

Ocorre ainda uma forte pressão sobre as populações rurais urbanizadas no sentido de haver uma limitação do número de filhos,

aumentando as incidências de abortos provocados, única técnica anti-concepcional que conhecem, e que traz toda uma gama de conse-  
quências funestas.

Um confronto drástico entre a população rural e urbana se mostra na comparação entre a incidência de doenças mentais entre ambas. Enquanto na zona rural predominam as psicoses resultantes de lesões orgânicas, metabólicas, tóxicas, traumáticas e infecciosas, na população urbanizada, mas não preparada, econômica e psiquicamente esmagadas, as formas psicogênicas representam 80% dos casos. É fácil justificar este dado pelo contraste entre a pressão exercida sobre o homem de baixa cultura e de aspirações limitadas no campo, o que permite o exercício de tarefas agrícolas simples por epiléticos e oligofrênicos quase sem desajustamento, e o mesmo extrapolado para a carga que exerce a atividade nos centros urbanos sobre a mesma psique.

Procurando, enfim, alinhavar os dados até aqui colocados como que estanques, colocaríamos as diversas interrelações na seguinte sequência:

- a) Um aspecto de âmbito mundial, que vem se repetindo no Brasil, é o constante êxodo do interior para a cidade, com tudo que isto implica de sobrecarga das infra-estruturas urbanas já insuficientes para atender às necessidades das suas atuais populações.
- b) Que um fator importante, em geral pouco lembrado, é a grande concentração de recursos de toda espécie que se observa nas grandes cidades, do que resultam maiores oportunidades de em-

prego, vida mais cômoda, melhores serviços de educação e assistência médica, maior variedade de recreação e muitas outras atrações para o habitante da zona rural. E, embora não devidamente enfatizado por alguns estudiosos, faz-se mister reconhecer que o "bombardeio" de informações que o homem rural vem recebendo através dos meios de comunicação, dos quais o rádio de pilha seria o protótipo, dá-lhe uma visão idealística e utópica da vida nos grandes centros e serve como uma mola propulsora para o êxodo, principalmente dos mais jovens .

c) Se o homem encontra possibilidades de atingir níveis de vida nas grandes cidades que jamais poderiam ter na zona rural, êle cria sérios problemas para sua saude, decorrentes da superaglomeração e poluição ambiental, que favorecem a ocorrência e disseminação de muitas doenças, além do rápido crescimento demográfico que traz crises de habitação, abastecimento de água, remoção de dejetos, de serviços de saude, de educação e , no mesmo plano e se entrelaçando com os demais, de emprego.

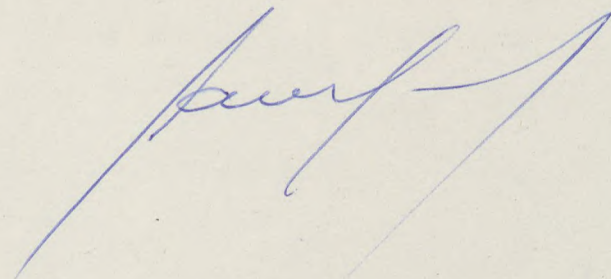
d) No Brasil, a migração rural-urbana não foi consequência de uma autêntica demanda urbana em base de trabalho criado pela expansão industrial, mas também produzida pelo desemprego e fortes pressões econômicas no campo. Que a absorção dos migrantes rurais pelo emprêgo produtivo é dificultada por barreiras do tipo sociológico, culturais e até linguísticas, separando a maioria dos camponeses dos "modernos" habitantes urbanos. Com a criação das populações marginais e a limitada capacidade de empregos no setor manufatureiro, e a impossibilidade de retôrno às condições rurais que originaram a migração, grande parte

do excesso de força de trabalho procurou uma saída em diversos tipos de serviços. Consequentemente, houve um crescimento desproporcional do emprego em relação à ocupação diretamente produtiva, com a resultante de altos níveis de subemprego. Na falta de estudos nacionais, poderíamos citar o do B.I.D. que estima em quase 30% o desemprego equivalente (incluindo tanto o manifesto como o subemprego) para as cidades latino-americanas como um todo.

e) Que a solução do problema poderia ser o ataque de suas bases: através do estabelecimento de uma política migratória. Mas, não está demonstrado absolutamente que o bem-estar nacional líquido possa ser aumentado por modificação substancial do nível atual da migração do campo para as cidades, por mais baixo que seja o produto marginal do trabalho nas suas atividades do setor de serviços. Até um certo nível de migração, parece que a comunidade receptora auferir benefícios superiores aos custos; mas, quando em maior grau, inverte-se a situação e a própria comunidade tradicionalmente acolhedora começa a reagir aos movimentos imigratórios. O Prefeito de São Paulo já chegou a argumentar veementemente "...a cidade se transformou em um acampamento humano. Metade da cidade bebe água de poço de condições duvidosas; 70% da área paulistana não tem esgotos, e os 30% existentes não são tratados. Lançados aos dois rios que circundam São Paulo - o Tietê e o Pinheiros - estes esgotos formam um cinturão de lama perigoso e infecto".

Sem pessimismo, no entanto, a solução para o problema criado, segundo muito bem colocou o Simpósio sobre migrações in-

ternas promovido pelo IPEA, fica na duvidosa política migratória, que se transforma em uma questão de bem-estar social que não pode ser dissociada de uma solução global, pois envolve dimensões sociais complexas, além da base puramente calcada no mercado de trabalho.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paulo', is written in a cursive style on the right side of the page.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Buescu, M. - (1970) História Econômica do Brasil.
- 2 - Bottomore, T.B. - (1970) Introdução a Sociologia.
- 3 - Carvalho, I.M. - (1967) Introdução aos Estudos Sociais.
- 4 - Carvalho, M.I. - Do subemprego nos centros urbanos (original não publicado).
- 5 - Costa, M.A. - (1971) Migrações Internas No Brasil. IPEA/INPE.
- 6 - Costa, R.V. - (1973) Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente. (Impresso, B.N.H.).
- 7 - Costa, R.V. - (1973) Estratégias e programas de desenvolvimento urbano : a experiência brasileira . Exposição ao XIV Congresso da Câmara Internacional de Comércio (Impresso, B.N.H.).
- 8 - Desenvolvimento urbano da América Latina. 8º Relatório anual do Fundo Fiduciário do Progresso Social (1968) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (mimeografado).
- 9 - Discurso de lançamento do Plano Nacional da Habitação Popular, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici. Brasília. (Impresso, B.N.H.) (1973).
- 10- Financiamento del sector salud - Discusiones Técnicas de la XIX Reunion del Consejo Directivo de la OPS. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (1970) 49:66,1.
- 11- Furtado, C. - (1971) Formação Econômica do Brasil. 11ª edição. São Paulo. Comp. Editora Nacional.
- 12- Graham, D.H. - (1971) Algumas considerações para a política migratória no meio brasileiro. IPEA/INPE.
- 13- Gusmão, P.D. - (1967) Manual de Sociologia.
- 14- Lopes, J.R.B. - (1971) Sociedade Industrial no Brasil. Difusão Europeia do Livro.
- 15- Moraes, N.L.A. - (1971) Migrações internas e saúde coletiva. IPEA/INPE.
- 16- Mussumecchi, V. - (1970) Organização Social e Política do Brasil.



- 17- Pastore, J. - (1971) Migração, mobilidade social e desenvolvimento. IPEA/INPE.
- 18- Pedrosa, P.N. - (1971) Classificação Profissional. Sem. Antropologia Social. Curso Pós-Graduação Doenças Infecciosas e Parasitárias U.F.R.J. (original não publicado).
- 19- Pedrosa, P.N. - (1971) Migrações Internas. Sem. Antropologia Social. Curso de Pós-graduação Doenças Infecciosas e Parasitárias U.F.R.J. (original não publicado).
- 20- Santos, T.M. - (1970) Manual de Sociologia.
- 21- Sinopse Estatística do Brasil (1972)- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE - Inst. Brasileiro Estatística.
- 22- Tapajós, V. e Buescu, M. - (1970) História do Desenvolvimento Econômico do Brasil.

—•—•—•—•—•—  
—

T A B E L A 1

BRASIL - AUMENTO COMPARATIVO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL

( MIL HABITANTES )

DÉCADA	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1940/50	5.903	4.806
1950/60	13.222	5.826
1960/70	20.900	2.616
1970/80	27.170	- 1.604

FONTE : B.N.H., S.B.G.E.

TABELA 2

ÁREAS METROPOLITANAS	POPULAÇÃO RESIDENTE			ÁREA (KM <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM <sup>2</sup> )
	TOTAL	URBANA			
		NÚMEROS ABSOLUTOS	% SOBRE O TOTAL		
Grande Belém .....	656.351	606.188	92,36	1.221	537,55
Grande Fortaleza ...	973,452	863,925	88,75	2.383	408,50
Grande Recife .....	1.699,079	1.597,871	94,04	1.460	1.163,75
Grande Salvador ....	1.095,274	1.047,218	95,61	1.041	1.052,14
Grande Belo Horizonte	1.613,305	1.505,310	93,31	3.862	417,74
Grande Rio de Janeiro	7.094,211	6.846,511	96,51	6.399	1.108,64
Grande São Paulo....	8.062,130	7.837,416	97,21	5.674	1.420,89
Grande Curitiba ....	767,879	646,765	84,23	5.949	129,08
Grande Porto Alegre..	1.531,168	1.408,402	91,98	5.806	263,72

FONTE: Instituto Brasileiro de Estatística, Dep. Censos.

TABELA 3

ESTRUTURA DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

SETOR DE ATIVIDADE	PERCENTAGEM DAS PESSOAS COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (CR\$)					
	até 100 %	de 101 a 150 %	de 151 a 200 %	de 201 a 250 %	mais de 251 %	TOTAL %
Setor Primário	46,7	15,3	9,1	1,8	27,1	100
Atividades Industriais	11,1	12,4	28,1	8,2	40,2	100
Comércio de Mercadorias	14,9	11,7	22,5	5,9	45,0	100
Prestação de Serviços	54,9	11,7	12,9	3,4	17,1	100
Transporte, Comunicações e Armazenagem	6,6	8,3	19,6	8,2	57,3	100
Atividades Sociais	12,1	11,3	17,8	9,4	49,4	100
Administração Pública	7,4	6,9	13,4	7,8	64,5	100
Outras Atividades	6,6	5,1	10,4	4,2	73,7	100

FONTE: I.B.G.E.

TABELA 4

BRASIL - ABASTECIMENTO D'ÁGUA 1960 - 1980  
(Domicílios Particulares Urbanos)

	<u>DADOS CENSITÁRIOS</u>				<u>META PLANASA</u>	
	I-IX-60		I-IX-70		1980	
	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1000	%	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1.000	%	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1.000	%
REDE GERAL .....	2.700	42	5.800	55	13.000	80
POÇO OU NASCENTE .....	1.900	29	2.500	24	3.000	20
OUTRA FORMA E						
SEM DECLARAÇÃO .....	<u>1.900</u>	<u>29</u>	<u>2.200</u>	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	6.500	100	10.500	100	16.000	100

FONTE: B.N.H.

TABELA 5

BRASIL - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 1960-1980

(Domicílios Particulares Urbanos)

	DADOS CENSITÁRIOS				META PLANASA	
	I-IX-60		I-IX-70		1980	
	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1.000	%	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1.000	%	N <sup>o</sup> s ABSOLUTOS X 1.000	%
REDE GERAL .....	1.800	28	3.100	30	8.000	50
FOSSA SÉPTICA .....	1.400	21	1.600	15	<del>3.000</del>	<del>30</del>
FOSSA RUDIMENTAR OU OUTRO ESCOADOURO	2.000	30	4.300	41	8.000	50
SEM INSTALAÇÃO SANITÁRIA E SEM DECLARAÇÃO .....	<u>1.300</u>	<u>21</u>	<u>1.500</u>	<u>14</u>	<u>          </u>	<u>          </u>
	6.500	100	10.500	100	16.000	100

FONTE: B.N.H.

